

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Requerimento nº de 2011 (Do Sr. Vanderlei Macris)

Solicita que seja convocada a Ministra da Cultura, Sra Anna Maria Buarque de Hollanda, a fim de esclarecer a autorização da destinação de R\$ 12,3 milhões para a produção do Rock in Rio Brasil 2011, via Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet).

Senhora Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 50, combinado com o art. 219, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para que seja convocada a Ministra da Cultura, Sra Anna Maria Buarque de Hollanda, a fim de esclarecer a autorização da destinação de R\$ 12,3 milhões para a produção do Rock in Rio Brasil 2011, via Lei Rouanet, além disso, houve distribuição de ingressos para os próprios funcionários do Ministério da Cultura assistirem aos shows.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo notícia veiculada na mídia nacional, o Ministério da Cultura destinou recursos milionários para um dos festivais considerados mais rentáveis da América Latina, o Rock in Rio Brasil 2011, a destinação foi de R\$ 12,3 milhões e a receita prevista do festival era de R\$ 34,2 milhões. Esta destinação contaria recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), de descentralizar e democratizar projetos culturais.

O Tribunal de Contas da União (TCU) vem apontando um “quadro de insustentabilidade” no Ministério da Cultura para acompanhamento e análise das prestações de contas de projetos culturais, bancados pela Lei Rouanet.

A Instrução Normativa nº 1 do ministério orienta que “*os preços de comercialização dos ingressos devem ser estipulados com vistas à democratização do acesso, mesmo assim os valores ficaram acima de R\$ 190,00*”.

A captação via Lei Rouanet deste evento, teria contrariado pareceres do próprio Ministério, que contestaram o volume de recursos públicos destinado a um projeto lucrativo e cobraram maior contrapartida dos produtores.

Após a aprovação da renúncia fiscal, funcionários ligados ao convênio e autoridades do ministério ainda ganharam passe livre para o festival, realizado entre 23 de setembro e 2 de outubro .

Conforme reportagem veiculada no Jornal Correio Braziliense, na data de 24/10/2011:

“Verba desafinada no Rock in Rio

Ministério da Cultura destina recursos milionários para um dos festivais mais rentáveis da América Latina e distribui ingressos para os próprios funcionários assistirem aos shows

Por Alana Rizzo e Igor Silveira

Contrariando recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) de descentralizar e democratizar projetos culturais, o Ministério da Cultura autorizou a destinação de R\$ 12,3 milhões para a produção do Rock in Rio Brasil 2011, o maior e um dos mais rentáveis festivais de música da América Latina. A captação, via Lei Rouanet, feriu pareceres da própria pasta, que contestaram o volume de recursos públicos destinado a um projeto lucrativo e cobraram maior contrapartida dos produtores. Após a aprovação da renúncia fiscal, funcionários ligados ao convênio e autoridades do ministério ainda ganharam passe livre para o festival, realizado entre 23 de setembro e 2 de outubro.

A "caravana" do Ministério da Cultura contou com o aval e a presença do secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, Henilton Parente de Menezes. Servidores que ocupam cargos comissionados postaram fotos da viagem nas redes sociais. O Código de Ética da Administração Federal estabelece limite de R\$ 100 para presentes. O ingresso mais barato do Rock in Rio custava R\$ 190 na bilheteria.

A festa dos funcionários públicos só ocorreu porque o ministério ignorou recomendações da pasta e dos órgãos de controle. *Documentos obtidos pelo Correio revelam a preocupação de técnicos do ministério com o descumprimento da legislação, que obriga a adoção de medidas para facilitar o acesso às atividades culturais. Por esses pareceres, o dinheiro público deveria financiar eventos culturais que encontram dificuldades de se bancarem. Não foi o caso do Rock in Rio. A receita prevista do festival era de R\$ 34,2 milhões. Segundo os próprios organizadores, os números do evento surpreenderam. Foram mais de 700 mil pessoas em sete dias de shows. A Instrução Normativa nº 1 do ministério afirma que "os preços de comercialização dos ingressos devem ser estipulados com vistas à democratização do acesso". Os valores acima de R\$ 190 não se encaixam no perfil, segundo especialistas ouvidos pela reportagem.*

Para o ministério, a democratização do festival ficou por conta da distribuição gratuita de 5.042 ingressos, destinados a jovens e professores de escolas públicas do Rio de Janeiro, e das oficinas de música. Segundo o secretário Henilton Parente de Menezes, que foi ao festival, os ingressos não são

considerados presentes e, por esse motivo, não há violação da regra que não permite regalos acima de R\$ 100. "É uma obrigação que o produtor envie para o ministério e eles perdem a validade. Adotei então essa metodologia de qualificação. Coloco à disposição para que minha equipe participe do movimento cultural brasileiro. Foi uma decisão minha", afirma, negando conflito de interesse. "Por que ele vai pagar se é doado por lei?" O secretário sustenta que a prática acontece corriqueiramente e que ele mesmo vai aos eventos — que tem apoio do Ministério da Cultura — de graça. "Sou o secretário de Fomento à Cultura", disse.

Questionado se a ministra Ana de Hollanda tinha conhecimento da "política de distribuição interna" de ingressos para eventos culturais na pasta, Henilton respondeu: "Ela não sabe de tudo que acontece no ministério", completando que tem um cargo de confiança que lhe dá esses poderes.

Diligências

O projeto do Rock in Rio, enquadrado como "música popular", foi alvo de diligências desde agosto do ano passado. A equipe técnica da pasta encontrou irregularidades no projeto inicial, apresentado pela empresa Dream Factory Comunicação e Eventos Ltda. No entanto, a captação de R\$ 4,5 milhões foi autorizada em 29 de outubro do ano passado. Os produtores conseguiram apoio de quatro companhias privadas, além da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, um dos maiores contribuintes, com R\$ 1,2 milhão. Na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), o parecer ressaltava outra irregularidade já apontada pelo TCU: a de que os projetos não apresentavam informações suficientes sobre a proposta. A CNIC apontava que grande parte do orçamento estava destinado à estrutura do evento, incluindo lojas, bares, restaurantes e entretenimento, e não às atividades culturais. Os conselheiros também alertaram que a proposta não apresentava todos os custos do Rock in Rio e incluía despesas proibidas como passagens de primeira classe e refeições para pessoas que não estavam diretamente ligadas à produção do evento.

A reportagem entrou em contato com a produtora, mas não recebeu resposta até o fechamento desta edição."

A aprovação deste requerimento é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, de novembro de 2011

Deputado Vanderlei Macris
PSDB / SP